

Perdas e danos: Da aparência à essência na ocupação e colonização da Amazônia

José Stênio Souza¹

Abstract

O texto trata da compreensão e apreensão da inserção do capital no processo de ocupação e colonização da Amazônia, no intento de evidenciar o processo de expropriação das condições objetivas para a reprodução da vida dos atores locais, considerando que na aparência desse processo se louva o progresso e a integração da região na economia nacional. Isto posto, a escolha do pensamento marxiano resulta da expectativa de manuseio de um método que abomina a leitura linear e potencialize a história, pela obrigatoriedade de enxergar o homem como sujeito das relações sociais no processo de humanização da natureza enquanto objetos úteis que se realizam como mercadoria em relação às necessidades de consumo pessoal e de consumo produtivo.

INTROITO

O intento de compreender a realidade submissa à lógica do capital, conduz o leitor a enxergar o pensamento de Marx, precisamente porque parece não haver dúvida de que

“...a teoria de Marx terá vigência pelo menos enquanto existir o capitalismo, as classes sociais, a exploração do homem pelo homem.... a forma social que viola a natureza humana e faz das pessoas seres fundamentalmente alienados e infelizes...” (Carcanholo, pp7).

A escolha caminha na direção de manusear um método de leitura da realidade que não seja linear, que não perca de vista a história, mas que enxergue o homem como sujeito das relações sociais no processo de humanização da natureza enquanto objetos úteis que se realizam como mercadorias.

Então, a opção foi de se apropriar do conteúdo da teoria do valor trabalho de Marx, exatamente porque é dialética e enxerga a geração da riqueza econômica capitalista como fruto de uma formação social historicamente

(1) Professor Efetivo da UNIFESSPA, Mestre pelo NAEA/UFPA, Coordenação e implementação do Curso de Economia/UNIFESSPA

determinada, condição louvada por Carcanholo ao afirmar que esta riqueza enquanto valor

“...é propriedade social inerente, interior à mercadoria, expressão nela das particulares relações sociais existentes, portanto uma categoria da essência da sociedade capitalista...” (pp14).

Em última instância, ao optar por manusear categorias teóricas com lentes marxianas, o propósito é evidenciar o compromisso de uma leitura assentada na dinâmica de uma forma de organização social na qual as relações dos homens entre si e destes com a natureza estão submissas às condições objetivas historicamente determinadas.

Assim, entendemos que o Capital de Marx, mais que uma obra de economia política, efetivamente, é uma crítica ao olhar linear e atemporal do pensamento clássico, isto é, uma crítica que conceitualmente “desmantela”, elucida, desvenda e se desvencilha do véu das aparências que encobrem a essência das relações dos homens entre si e destes com a natureza escondidas no interior do processo de criação e multiplicação da riqueza que não se basta como valor de uso, e que, necessariamente, se realiza enquanto valor de troca.

O estudo, nesta perspectiva, enxerga que na etapa capitalista, a divisão social do trabalho instalada pelo capital é manifestação de ordem social que separa o produtor direto – atores locais – da posse

“...das condições de trabalho (por exemplo, a terra e as águas) e dos instrumentos do trabalho (por exemplo, o arado, a pá, a enxada, a foice, o martelo, o moinho...” (CHAUÍ, 2013k pp.36) e no

caso da Amazônia, a casa de farinha, o batedor de açaí, o anzol, a canoa, o matapi, a língua do pirarucu para ralar o pau de guaraná e outros como o miriti na fabricação de brinquedos.

DA ETAPA CAPITALISTA

Na perspectiva do pensamento marxiano, sobre a riqueza, se pode afirmar que na etapa capitalista

“...os homens que a produziram e a puseram no mercado, são deslocados da posição de sujeitos vivos do processo e postos misticamente como apêndices mortos, sem vontade...”(Antunes, Jadir.pp.3), sem consciência de que é o sujeito desse processo, que é definido por Marx como fetichismo (Fetischismus), isto é, a humanização da natureza “não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas...”(pp.71), inclusive o homem

se objetiva como uma coisa no contexto desta relação.

O fetichismo de que fala o Marx, em última instância, se manifesta na subjetivação das coisas e na objetivação dos homens, e diz respeito a um determinado momento histórico em que na formação social a infraestrutura econômica é determinante e dominante na apropriação da natureza enquanto objetos úteis ao homem.

A escolha, portanto, é uma recusa à utilização de recursos metodológicos que se caracterizam pela ausência do olhar da história, porque são imediatistas, acríticos, lineares e em particular por escamotear a condição de sujeito dos indivíduos sociais no do processo de criação e multiplicação da riqueza capitalista.

Nesta perspectiva, a decisão de manusear categorias marxianas se justifica pelo fato de que em Marx a forma elementar da riqueza, na etapa capitalista, é a mercadoria, tal que no olhar marxiano se enxerga que as leis do movimento do capital institui relações aos indivíduos sociais submissas à lógica da acumulação de capital na humanização da natureza.

Isto posto, entendemos que a inserção do capital na ocupação e colonização da Amazônia permite compreender que este é o momento histórico em que a riqueza local não mais se basta como meios materiais para a subsistência e reprodução familiar dos atores locais, pois se trata,

(1) Professor Efetivo da UNIFESSPA, Mestre pelo NAEA/UFPA, Coordenação e implementação do Curso de Economia/UNIFESSPA

em última instância, da geração de riqueza, na época capitalista e passa a ser reconhecida pela sociedade como mercadoria, por isso é verdadeira a assertiva de

“...que a teoria dialética do valor-trabalho é uma teoria da riqueza capitalista...” (Carcanholo, pp.15), é uma proposição de categorias teóricas

que possibilitam a percepção do momento histórico em que a riqueza escorrega por entre os dedos dos atores locais.

Enfim, a escolha não poderia ser outra.

Enxergar a etapa capitalista no processo de ocupação da Amazônia, é a convicção de reconhecer o valor – riqueza - como uma materialidade social e histórica, na medida em que diz respeito à uma nova ordem econômica, que impõe aos atores locais um novo papel no processo de apropriação da natureza, tal que a humanização da natureza esteja submissa ao jogo de interesses do mercado, porque expressão material da riqueza econômica.

A inserção e o domínio do capital na ocupação da Amazônia não é um simples processo linear de ampliação de recursos disponíveis, na realidade, marca o momento histórico em que se impõe a obrigatoriedade de humanizar a natureza enquanto acúmulo de meios materiais, e como diz “O Capital de Marx”, agora no processo de humanização da natureza

“...o valor de troca é uma categoria aparential, da APARÊNCIA, enquanto que o valor é uma categoria relativa à ESSÊNCIA...” (Carcanholo, pp.42) do processo de criação e multiplicação do

capital, ou como diz Carcanholo, a riqueza enquanto mercadoria “...na APARÊNCIA é a unidade de valor de uso e de valor de troca...,” e por outro lado, “...na ESSÊNCIA, a mercadoria é a unidade contraditória de dois polos: valor de uso e troca...” (pp.43), precisamente porque o produtor – atores locais (**nosso grifo**) – é condicionado a jogar para “**debaixo do tapete**” o propósito de produzir meios materiais enquanto objetos úteis para a subsistência e reprodução familiar.

Em outras palavras, com a escolha do método de Marx, se mostra claro que no processo de ocupação da Amazônia,

(1) Professor Efetivo da UNIFESSPA, Mestre pelo NAEA/UFPA, Coordenação e implementação do Curso de Economia/UNIFESSPA

*“...a simples existência de relações mercantis faz com que exista na sociedade – **na forma de organização local (grifo nosso)** - no seu interior, o germe da expansão mercantil...” (Carcanholo, pp.70), a gênese de uma nova ordem social, tal*

que a humanização da natureza como mercadoria se impõe como um câncer social na medida que cria as condições objetivas para o divórcio entre o produtor local e a posse/propriedade dos meios de produção – terra, em especial – e dos meios de subsistência, até então sem está sujeito ao jogo das forças de mercado.

Como diz Carcanholo, a concretude desse câncer social

*“...manifesta-se no fato de que a lógica do funcionamento da sociedade – **sob a égide do capital (grifo nosso)** -, a ação do dia a dia dos agentes – **atores locais (grifo nosso)** – que no início do surgimento mercantil está determinada pelo valor de uso, passa progressivamente a ser dominada pelo valor...” (pp.71), gerando*

condições desfavoráveis ao sustento da família.

Neste sentido na perspectiva do olhar de Marx, é razoável inferir que em uma reflexão sobre a ocupação da Amazônia, o trabalho na etapa capitalista, agora é um produto que se realiza no mercado, independente do que busca o produtor local na sua relação com a natureza.

Aqui cabe registrar que a riqueza, qualquer que seja forma de organização social, qualquer que seja o momento histórico, tem no valor de uso a sua concretude material (trabalho morto), fruto da ação do homem (trabalho vivo) na apropriação da natureza, mas na época capitalista a riqueza econômica não se basta ao atendimento das necessidades humanas, por ser condição crucial na e para a multiplicação do capital.

Enfim, na etapa capitalista da ocupação e colonização da Amazônia, a humanização da natureza sucumbe ao fetiche da mercadoria empanando no imaginário amazônico as lendas da “cobra grande”, do “mapinguari”, do “uirapuru”, do “boto cor-de-rosa”, da “vitória-régia”, do “guaraná”, e outros tantos, que encantavam o amazônida no seu cotidiano.

(1) Professor Efetivo da UNIFESSPA, Mestre pelo NAEA/UFPA, Coordenação e implementação do Curso de Economia/UNIFESSPA

Isto posto, se pode dizer que é o registro do que significa as perdas e danos na história de desterritorialização da Amazônia, e dramaticamente, a perda de identidade desses atores locais.

Essas lendas se referem a coisas fenomenais, fascinantes, mágicas, sedutoras e de grande expressão para os amazônidas e que sinalizam elementos sociais, econômicos, culturais, demográficos e territoriais pertinentes ao ambiente dos atores locais, ainda que possam ser vistas como “ridículas”, “tolas”, “ingênuas” para quem olha a região de fora.

De outro modo, a partir da época capitalista, o desenho da ocupação e colonização da Amazônia não comporta as “lendas amazônicas” enquanto fetiche, e seus símbolos vão sendo excomungados pelo fetiche do capital que no olhar de Carcanholo, produto de uma formação social historicamente determinada, na qual

“...todas as atividades humanas, e a própria vida humana, estão submetidas à ditadura de um fantasma. Somos, todos, seus escravos, e o mais extraordinário de tudo é que, apesar disso, acreditamos que, com o funcionamento do mercado capitalista, nos está garantida a liberdade...” (pp.88), o progresso, a modernidade,

e o acesso ao conjunto dos direitos instituídos na Declaração Universal dos Direitos Humanos adotada pela Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.

O **FETICHE**, nas proposições de Marx, trata do processo de humanização das coisas (*sachen*) e tem correlação com outra categoria teórica associada ao conceito colateral de REIFICAÇÃO que diz respeito ao processo de coisificação(*sachlichkeit*) dos homens, expressão fenomênica da etapa capitalista da relação com a natureza.

O **FETICHE** enquanto processo de desumanização do homem, isto é, processo de estranhamento (*entfremdung*), tal que na apropriação da natureza, quando da etapa capitalista, esconde o fato de que o homem não se vê como sujeito na humanização da natureza, porque, em última instância, é um estrangeiro na ocupação da Amazônia e como tal não se reconhece como sujeito nesse processo, porque o produto de seu trabalho não se destina, de fato, ao atendimento de suas necessidades,

(1) Professor Efetivo da UNIFESSPA, Mestre pelo NAEA/UFPA, Coordenação e implementação do Curso de Economia/UNIFESSPA

precisamente porque a razão dessa ocupação é a produção de meios materiais que se realizam no mercado.

Para ilustrar tamanha mudança na ordem social, só lembrar o dito popular que diz “**ser o amazônida preguiçoso**” quando na realidade a explicação é outra.

O amazônida, na realidade e até então, não precisava trabalhar preocupado com excedente. Ir a mata, ou a caça de animais, ou mesmo realizar uma atividade agrícola – roça, criação de pequenos animais, tinha como objetivo maior, o sustento da família.

Na etapa capitalista, ora por uso da força física – território de conflitos rurais -, ora pelas ações do Estado através do manuseio dos instrumentos de políticas públicas – subsídios, incentivos fiscais, isenção tributária, linhas especiais de crédito, etc. – os atores locais foram expropriados dos meios materiais de produção e de subsistência.

O quadro revela uma pintura sem traços de harmonia e equilíbrio na exploração da riqueza amazônica. Os traços desse desenho são curvilíneos e cheios de precipícios, onde os danos e perdas podem vistos na explosão de baixadas – “favelas” em uma região tão rica de recursos naturais e fenomenal biodiversidade – que foram sendo erguidas, em sua fase inicial nas metrópoles, nos dias de hoje, em cidades de médio porte.

Se antes os rios, a floresta, o boto, a vitória régia e outros, expressavam majestosamente os traços da Amazônia, a foto, nos dias de hoje, já não esconde as baixadas em Manaus e Belém, reconhecidas, por todos, como o portal de entrada da Amazônia.

Registre-se que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, na Amazônia em 2017, só no Estado do Amazonas 47,9% da população vive abaixo da linha da vida, o equivalente a uma população de 1,8 milhão de pessoas. (Síntese de Indicadores Sociais, 2017).

Em outras palavras, na etapa capitalista da ocupação da região Amazônia, a relação homem-natureza é conduzida pela “**assombração**” do fetiche da mercadoria, tal que a partir deste instante os atores locais, mais que seres humanos, se apresentam como coisas na humanização da natureza, como diz magistralmente Marx, ao afirmar que

(1) Professor Efetivo da UNIFESSPA, Mestre pelo NAEA/UFPA, Coordenação e implementação do Curso de Economia/UNIFESSPA

“...as relações entre os produtores, nas quais são confirmadas aquelas determinações sociais dos seus trabalhos, adquirem a forma de uma relação social entre os produtos de trabalho...” (pp.87),

no caso da região, produtos do trabalho dos atores locais em uma nova ordem econômica-social.

Efetivamente, a etapa capitalista diz respeito a forma de organização social em que as relações humanas são moldadas a partir da instância econômica, e como tal não devem se constituir obstáculos a acumulação de capital.

O fetiche da mercadoria, na história da ocupação amazônica, enquanto categoria marxiana, oculta a **essência** das relações sociais de produção capitalista, na medida em que expressa a ação de coisificação, ou como diz Rubin(1987), oculta exploração na relação dos homens entre si – em especial, porque os atores locais foram expropriados dos meios de produção e dos meios materiais de subsistência – e mais ainda, porque organiza essas relações na direção da humanização da natureza enquanto um processo de criar e multiplicar o capital, ou como no olhar de Kosik(2001)

“...às coisas se atribuem vontade e consciência...., e os homens se transformam em portadores ou executores do movimento das coisas...” (pp,193)

na criação e multiplicação da riqueza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, partindo da hipótese de que a realidade da sociedade capitalista não se faz transparente diante do registro de que na aparência a humanização da natureza não tem compromisso com o interesse coletivo, além disso, não valoriza o indivíduo social enquanto ser humano e caminha na direção da concentração privada da riqueza, e por isso, passa ser natural e essencial que o estudo esteja comprometido em oferecer elementos metodológicos e analíticos no sentido da compreensão e percepção de que essa realidade, em sua essência, não foca o equilíbrio social, a inclusão social, a conquista de liberdades humanas e construção de um modelo de desenvolvimento assentado na sustentabilidade e no manuseio das forças produtivas locais.

(1) Professor Efetivo da UNIFESSPA, Mestre pelo NAEA/UFPA, Coordenação e implementação do Curso de Economia/UNIFESSPA

A conclusão, sobre as especificidades da inserção do capital quando do processo de ocupação e colonização da Amazônia, é de que os atores locais – produtor local – não se apropriam da natureza segundo a disponibilidade das condições objetivas individuais, porque necessariamente o processo de trabalho passa a ser desenhado com base no valor socialmente aceitável ao jogo das forças de mercado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- RUBIN, I. I. A teoria marxista do valor, São Paulo, Ed. Polis, 1987
- KOSIK, Karel. Dialética do concreto. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1995.
- THEODOSIO, Bruto M. Essência e aparência da crise em Marx: lei da queda tendência da taxa de lucro e desmedida, in <http://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2017/anais2017/MC79/mc793.pdf>, acessado em 22.04.2020
- CARCANHO, Reinaldo A.(org). Capital: essência e aparência, Ed. Expressão Popular, São Paulo, 2011.
- BARAN, P. e SWEEZY, P. Capitalismo Monopolista. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966
- GRESPLAN, J. A crise na crítica à economia política. Critica Marxista (Roma), São Paulo, v. 10, p. 94-110, 2000
- _____. Marx crítico da teoria clássica do valor. Critica Marxista (São Paulo), São Paulo, v. 12, p. 59-76, 2001.
- MANDEL, Ernest. O capitalismo tardio. 2a. ed. São Paulo, 1985, Nova Cultural, (Coleção Os Economistas).
- SWEEZY, Paul. A Transição do feudalismo para o Capitalismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
46. _____. Teoria do desenvolvimento capitalista. Coleção Os economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução Florestan Fernandes. 2ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O método da economia política. In: FERNANDES, Florestan (Orgs.). Marx e Engels: história. 3. ed. São Paulo: Ática, 1989b. p. 409-417. (Coleção Grandes Cientistas Sociais 36).
- ANTUNES, Jadir. O fetiche em o Capital de Marx, in José Luiz Ames; Luiz Cezar Yanzer Portela. (Org.). Estudos de Ética e Filosofia Política. V. 1, pp. 213-230. Cascavel: Editora da Unioeste, 2006
- K. Marx. O Capital. Livro I. Vol. I. Coleção Os Economistas. S.P: Ed. Nova Cultural, 1988, p. 71, São Paulo.
- MARX, Karl. Capital y Tecnologia: manuscritos inéditos (1861-1863). (Tradução: Alfonso García). San Francisco, México: Terra Nova, 1980

(1) Professor Efetivo da UNIFESSPA, Mestre pelo NAEA/UFPA, Coordenação e implementação do Curso de Economia/UNIFESSPA

____. Capítulo VI Inédito de O Capital. (Tradução: Klaus Von Punchen). 2º ed., São Paulo: Centauro, 2004

SILVA, Christiane P. e. O método em Marx: a determinação ontológica da realidade social, in Rev. Serv. Social, São Paulo, N. 134, pp.34/51, jan/abr, 2019

THEODOSIO, Bruto M. Essência e aparência da crise em Marx: lei da queda tendencia da taxa de lucro e desmedida, in <http://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2017/anais2017/MC79/mc793.pdf>, acessado em 22.04.202

CHAUÍ, Marilena. O ser humano é um ser social. Editora Martins Fontes, São Paulo, 2013